

A ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, lidera a delegação portuguesa à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”) que hoje começa no Rio de Janeiro, Brasil. Crê que a União Europeia pode fazer a diferença mas não deve isolar-se numa reunião que se receia frustrante.

Em três dias serão ultrapassados bloqueios de cinco meses de preparação e seis dias de ultimção?

As pessoas podem fazer a diferença. São esperados 130 chefes de Estado e de Governo e o Brasil está muito empenhado em conseguir coisas com visibilidade no “Rio+20”. É a oportunidade de renovar o compromisso dos países num desenvolvimento que deve ter os três pilares – ambiental, económico e social – muito equilibrados e garante que as pessoas possam melhorar as condições de vida num mundo em que cerca de mil milhões vivem abaixo do limiar de pobreza.

Que resultados espera?

Seria bom se conseguíssemos um roteiro muito claro com objetivos e metas. Na narrativa global há um grande consenso, o que é difícil é pôr tudo no papel e encontrá-los. Mas creio que teremos avanços significativos.

Fala num “roteiro”. Com que metas, objetivos e prazos concretos?

É o que vamos ver se conseguimos ter a nível global. Na UE temos o objetivo muito claro de descarbonização da economia até 2050 na casa dos 80%, com ações a que os estados se comprometem e metas intermédias. Se conseguirmos algo parecido a nível mundial, seria muito bom. Há muita dificuldade em deter o aumento da temperatura da Terra abaixo de dois graus centígrados e só o conseguiremos com reduções mais significativas de gases com efeito de estufa.

A UE deve proclamar unilateralmente a meta de redução em 30%?

A UE tem o dilema de ter a liderança – é a única que puxa para a frente e faz inter-



ENTREVISTA // ASSUNÇÃO CRISTAS Ministra da Agricultura,

do Mar e do Ambiente **Por:** Alfredo Maia

“Há muita dificuldade em deter o aumento da temperatura”



DIANA QUINTELA / GLOBAL IMAGENS

namente o que é possível, tendo só 11% das emissões globais – e de poder ficar a falar sozinha. Deve agregar outros países, para ser eficaz e consequente. Se não, vai acontecer como em Copenhaga – a UE sentada numa sala e todos os outros a entender-se na sala ao lado.

Isso não acontece no Rio...

Em Durban, conseguiu agregar à sua volta muitos países emergentes e em desenvolvimento, que fizeram a Plataforma de Durban com um roteiro muito claro até 2015 e calendários pós-Quito. Manter esse capital político é fundamental para conseguir avançar com outros.

Por que razões a UE rejeita a criação de um fundo de desenvolvimento sustentável?

A UE tem um compromisso com o Fundo Climático, o Fundo Verde, que é necessá-

em conhecimento, tecnologia e capacidade de transferir.

Onde está a divergência?

É uma questão de léxico. Na perspectiva de muitos países, falta a referência explícita à questão social. Por isso dizem “Economia Verde e Inclusiva”. É uma síntese possível, embora para a UE não haja economia verde sem inclusão. Para os países em desenvolvimento que têm a pobreza por resolver – como todos temos – a questão social deve ter a mesma visibilidade que a economia e o ambiente.

Qual é o potencial da economia verde em Portugal?

É grande e há áreas com avanços significativos. Por exemplo, a cortiça é um produto absolutamente sustentável, nasce num ecossistema sustentável e é amiga do ambiente. Numa parceria com a Corticeira Amorim, a “Quercus” lançou a recolha de rolhas usadas para fazer um novo produto. Mostra que as possibilidades são inesgotáveis e só dependem da imaginação e da capacidade de inovação. É possível no setor primário, na indústria, no turismo...

Só alavanca mais lucros ou pode beneficiar populações?

Tem de ser visto na perspectiva do território. Por exemplo, aumentar a floresta ou zonas de proteção da Natureza é relevante do ponto de vista da economia verde, mas os concelhos têm de ter compensações por não poderem ter indústrias.

Como compensar as populações de áreas protegidas pela conservação de Natureza, de água e sequestro de carbono?

É matéria que deve ter tratamento específico na lei das finanças locais e na reforma fiscal. O Governo fará a sua reflexão, porque têm de ser valorizados. Precisamos de compensações para as populações e valorizar áreas como as de Rede Natura, onde não se pode fazer agricultura como fora delas. Se eram importantes, temos de ter essa preocupação.

Que incentivo para a economia verde quando o Governo corta apoios às energias renováveis?

Tem a ver com o facto de estarmos em altura de grande austeridade e não ser possível manter tudo. Mas não há uma redução da ambição. Temos conversado com a Energia para o desenvolvimento do biogás e da biomassa. Estamos a ver que tecnologias maduras podem viver sem um grau elevado de subsídio. ●

“Precisamos de compensações para populações das áreas de Rede Natura onde não se pode ter agricultura nem outras atividades”

rio continuar a capitalizar e tem mecanismos de apoio ao desenvolvimento, como o Fast Start. Não se deve cair na negociação ‘o que é que nos dão para nós aceitarmos?’. Tem de comprometer todos e não ser unilateral.

Portugal tem um papel na articulação com países africanos que precisam de auxílio. Sente-se dividida?

Mais do que de dinheiro, necessitam de apoios em tecnologia e conhecimento. O nosso programa Fast Start tem 36 milhões de euros, mas só 13 milhões estão executados. Não tem havido capacidade desses países para executar como planeado.

Embora seja tema central, o conceito de Economia Verde não está consensualizado. Como a define?

Economia verde é a que reflete no desenvolvimento económico os pilares ambiental, social e económico bem equilibrados. Assenta

“Em Portugal, as possibilidades de economia verde são inesgotáveis e só dependem da imaginação e da capacidade de inovação”

DESCARBONIZAR

80%

Em 2050, Europa deve reduzir emissões de CO2